



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 5

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737 Pluralidade de temas e aportes teórico-metodológicos na pesquisa em história 5 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-121-0

DOI 10.22533/at.ed.210212605

1. História. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Esta é mais uma obra organizada pela Atena Editora para 2021, focando nas teorias e metodologias da pesquisa historiográfica em várias regiões do Brasil. O livro “Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Metodológicos na Pesquisa em História”, volume 5, começa com artigos da região norte e nordeste do Brasil trazendo abordagens acerca das paisagens fluviais do rio Cocó, em Fortaleza, o educandário de Manaus-AM e também estudos sobre o tambor da mata no Maranhão.

Nesta obra você também encontra para leitura capítulos a respeito das relações raciais no ensino de história, um capítulo dedicado à revista Nova escola, dentre outros. Para além dos temas de ensino e metodologias, há também capítulos dedicados à pesquisa historiográfica com diversas fontes, seja por meio de periódicos, de memórias individuais e/ou coletivas, sobre os mais diversos temas: ditadura civil militar, estudos sobre a morte e utilização de mídias alternativas.

Em um momento de cortes de bolsas de pesquisas e de descrédito em relação à ciência brasileira, torna-se cada vez mais importante defender obras que divulguem pesquisas de qualidade desenvolvidas em várias regiões do Brasil. Muitos capítulos aqui publicados são frutos de longos anos de árduas pesquisas, muitas vezes financiadas por órgãos de fomento.

Espero que além de contribuir com pesquisas em andamento nas universidades, esta obra possa também ser incentivo para historiadoras e historiadores, que sejam pontos de diálogo e de construção do conhecimento histórico.

Boa leitura,

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS TRANSMUTAÇÕES DA PAISAGEM DO RIO COCÓ Germana de Lima Girão Andrade Simone Menezes Mendes DOI 10.22533/at.ed.2102126051	
CAPÍTULO 2	11
HISTÓRIA DO EDUCANDÁRIO GUSTAVO CAPANEMA EM MANAUS DE 1942 A 1950 Adriana Brito Barata Cabral DOI 10.22533/at.ed.2102126052	
CAPÍTULO 3	22
TERECÔ, TAMBOR DA MATA, MATA ZOMBANA: LITERATURA ANTROPOLÓGICA E AGENCIAMENTO NAS TRAMAS DA ENCANTARIA MARANHENSE Victor Hugo Basilio Nunes DOI 10.22533/at.ed.2102126053	
CAPÍTULO 4	34
RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA Edenar Souza Monteiro Maria de Lourdes Fanaia Castrillon DOI 10.22533/at.ed.2102126054	
CAPÍTULO 5	45
AS PROPOSTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DE TEMAS SENSÍVEIS NO SUPORTE VIRTUAL DA REVISTA NOVA ESCOLA Márcia Elisa Teté Ramos DOI 10.22533/at.ed.2102126055	
CAPÍTULO 6	57
A ARTE EM AMÉRICA INDÍGENA: ÓRGANO TRIMESTRAL DEL INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (1941-1960) Natally Vieira Dias Bruna Nunes de Souza DOI 10.22533/at.ed.2102126056	
CAPÍTULO 7	68
AS RAÍZES HISTÓRICAS DO CAMPESINATO BRASILEIRO Cláudia Sousa Oriente de Faria DOI 10.22533/at.ed.2102126057	
CAPÍTULO 8	80
A ESPERANÇA REPUBLICANA: ARTISTAS, OPERÁRIOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS EM PERNAMBUCO (1875-1904) Flávia Ribeiro Braga DOI 10.22533/at.ed.2102126058	

CAPÍTULO 9	95
A DOCTRINA DA ESCOLA IBÉRICA DA PAZ E O DIREITO DE CONVERTER E SER CONVERTIDO	
Adelmo José da Silva Filho	
DOI 10.22533/at.ed.2102126059	
CAPÍTULO 10	108
USOS POLÍTICOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)	
Júlia Bolognini Klassmann	
DOI 10.22533/at.ed.21021260510	
CAPÍTULO 11	119
PROFESSORA ELZA VIANNA: A PRIMEIRA DOCENTE NEGRA DE NATIVIDADE-RJ	
Márcia Aparecida de Souza	
Henrique Cunha Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.21021260511	
CAPÍTULO 12	128
VIDA PÓS-MORTE NO CORPO SEM VIDA: TÉCNICAS DE EMBALSAMAMENTO E PRÁTICAS RELIGIOSAS	
Eduardo Mangolim Brandani da Silva	
Christian Fausto Moraes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.21021260512	
CAPÍTULO 13	147
A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS ALTERNATIVAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA ESFERA PÚBLICA	
Naiara Cristina Gonçalves Rocha Passos	
Andrea Ferraz Fernandez	
DOI 10.22533/at.ed.21021260513	
SOBRE A ORGANIZADORA	156
ÍNDICE REMISSIVO	157

CAPÍTULO 12

VIDA PÓS-MORTE NO CORPO SEM VIDA: TÉCNICAS DE EMBALSAMAMENTO E PRÁTICAS RELIGIOSAS

Data de aceite: 24/05/2021

Data de submissão: 26/03/2021

Eduardo Mangolim Brandani da Silva

Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de História
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0826321713568749>

Christian Fausto Moraes dos Santos

Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de História
Maringá – Paraná
<http://lattes.cnpq.br/5914025585832203>

RESUMO: As técnicas de preservação cadavérica estão presentes em todos os períodos históricos. Esse capítulo visa descrever e analisar alguns grupos que adotaram essa prática com objetivos religiosos. O foco se deu nos procedimentos técnicos e recursos de que tais grupos dispunham para realizarem o embalsamamento. Portanto, o objetivo é analisarmos as técnicas de preservação cadavérica relacionadas à continuidade pós-morte. Os ciclos de embalsamamento são discutidos num primeiro momento, frisando o porquê dos ideais de cada período transcenderem as barreiras temporais que lhes foram impostas. Num segundo momento são expostas as civilizações com seus métodos de embalsamar e a relação de tais métodos com o imaginário religioso do respectivo grupo. Comparações e reflexões sobre as formas de embalsamar serão

feitas na conclusão assim como serão expostas as múmias que eram produzidas.

PALAVRAS-CHAVE: Embalsamamento; Múmias; Pós-morte; Rituais Fúnebres.

AFTER DEATH LIFE IN THE LIFELESS CORPSE: EMBALMING TECHNIQUES AND RELIGIOUS PRACTICES

ABSTRACT: The techniques of cadaveric preservation are present in all historical periods. This chapter aims to describe and analyze some groups that have adopted this practice for religious purposes. The focus was on the technical procedures and resources that such groups had to carry out embalming. Therefore, the objective is to analyze the cadaveric preservation techniques related to the postmortem continuity. The embalming cycles are discussed at first, emphasizing why the ideals of each period transcend the temporal barriers imposed on them. In a second moment, civilizations are exposed with their embalming methods and the relationship of such methods with the religious imagery of the respective group. Comparisons and reflections on the ways of embalming will be made at the conclusion as well as the mummies that were produced will be exposed.

KEYWORDS: Afterdeath; Funeral Rituals; Embalming; Mummies.

1 | INTRODUÇÃO

A morte é um processo que acomete todos os seres vivos que existem, perpassando por todas as temporalidades. As sociedades

compostas pela espécie humana temem esse processo devido ao desconhecido evocado. Se a vida tem sentido por meio das interações dos indivíduos, a morte se traduz em temor por quebrar tal aspecto (MOORE e WILLIAMSON, pp.3, 2003). Isso fica claro no terror que um cadáver sem preparação gera. As etapas da morte como o *Livor Mortis*, o *Rigor Mortis* e a decomposição geram o sentimento de desamparo (COLMAN, pp.42, 1997).

Enquanto a morte é temida de maneira natural pelos indivíduos humanos, nota-se que ela é lidada artificialmente. Esse processo, historicamente construído, está atrelado a determinantes culturais. Os ritos ganham vida por meio dessa relação. As sociedades pré-literatas, por exemplo, fugiam da morte. No entanto, aos poucos, esses grupos foram reconstruindo sua relação com o fim da vida. A busca de evitar a morte designou ritos ao cadáver (MOORE e WILLIAMSON, pp.3-4, 2003). O embalsamamento significa um confronto com a morte, atitude essa que constrói a significação do grupo e que estabelece uma dinâmica com a visão de mundo no imaginário dessas culturas. O embalsamamento é realizado desde os primórdios da humanidade. Quando se compara diferentes culturas, com distintos aspectos religiosos, é possível compreender quais eram as intenções ao lado das mais diversas técnicas utilizadas (COLMAN, pp.45-48, 1997).

O embalsamamento, seja natural ou artificial, possui como produto restos humanos que preservam partes orgânicas, mantendo assim a forma e parte da aparência. As de tipo natural são aqueles produzidas em meio à local árido, seja com ou sem intencionalidade humana. Quando havia intenção nesse processo, ele passa a ser considerado como natural-artificial. A mumificação mantém a estrutura intracelular apesar da perda da funcionalidade da célula (LYNNERUP, pp.162-164, 2007).

O embalsamamento, enquanto técnica, mudou no decorrer do tempo de acordo com as intenções para sua realização. Os autores Erich Brenner e Robert G. Mayer estipularam que existam três períodos distintos na história dessas técnicas, que se definem por meio das diferentes intenções para a conservação do cadáver. O primeiro período é chamado período das culturas antigas, se iniciando das primeiras evidências até o ano de 650 D.C.; o segundo período é conhecido como período dos anatomistas (650 D.C. – 1861 D.C.) e o terceiro e último período é conhecido como período funerário (1861 D.C. – tempo presente) (BRENNER, pp.316, 2014) (JOHNSON et al, pp.983, 2012).

O período das culturas antigas congrega uma multiplicidade de civilizações que possuíam uma visão de mundo própria. Os fatores religiosos e mágicos individuais aparentam ser o grande fator motivador da realização da preservação para as civilizações desse período, o mesmo valendo para técnicas e recursos (JOHNSON et al, pp.983, 2012) (THOMAS, pp.236, 1989). Na maioria desses grupos a intenção era de preservar o cadáver para que seu espírito, ou identidade, pudesse transitar ao seu respectivo paraíso ou pudesse continuar existindo no espaço terreno (MOORE e WILLIAMSON, pp.4, 2003) (THOMAS, pp.236, 1989). A relevância de se estudar um procedimento como esse é devido sua centralidade nessas sociedades. O lidar com a morte garante coesão social e

reorganização grupal, independente do processo proposto (ARRIAZA et al, pp.196, 1998).

Ao utilizar o marco temporal de 650 D.C. pode-se cometer um erro grave quando se estuda o embalsamamento. Esse ponto deve ser entendido como divisa entre duas eras do embalsamamento. O período anterior a esse ano é dito como o período das culturas antigas, servindo como identificação de modelos de embalsamamento com enfoque religioso. Tal divisa se dá porque, por volta do ano 650 D.C., na Idade Média Europeia, surgiu o embalsamamento com foco na preservação da imagem do defunto. O erro que não deve ser cometido é o de achar que após o ano 650 D.C. não surgiram novas culturas que realizavam o embalsamamento com enfoque religioso. Os marcos temporais do embalsamamento referenciam o começo de novas intenções para embalsamar e não o fim das anteriores (BRENNER, pp.316, 2014) (JOHNSON et al, pp.983, 2012).

Esse material se centra nos modelos de embalsamamento com intenção religiosa que surgiram depois de 650 D.C. A divisão aqui escolhida se centra numa questão temporal, tendo esse material objetivado as culturas, mundo afora, que não fazem parte da antiguidade. As civilizações que surgiram antes de 650 D.C. estão reunidas e debatidas em outra pesquisa por nós realizada.

2 | A MÚMIA DO IMPERADOR: A MÚMIA INCA E SUAS VARIANTES REGIONAIS

Civilizações existiram dentro do espaço Americano desde 4000 A.C. Tais grupos desenvolveram tecnologias sofisticadas, mas, ao lado dessas, permaneceram utilizando recursos do paleolítico. Os Incas se constituíram enquanto povo por volta do século XII, mas a estrutura de império só se consolidou em 1438. O grupo Inca era formado por cerca de cem mil indivíduos. No entanto, o império era formado por 10 milhões de habitantes, tendo isso sido possível devido a boa administração, questões militares e vantagens de tipo econômico e de proteção. O império começou sua derrocada com a invasão espanhola em 1532, essa liderada por Francisco Pizarro (MONTGOMERY e KUMAR, pp.254-266, 2016).

Os Incas por terem um império de larga extensão acabaram se apropriando de conhecimentos regionais que lhes foram úteis, um desses fora o embalsamamento. O que se nota é que haviam várias metodologias, tendo elas variado de acordo com a regionalidade e em relação à posição social que possuía o defunto (VREELAND, pp.168-169, 1998). Ao que tudo aparenta, apenas pessoas de alta hierarquia eram embalsamadas. No entanto, a metodologia dos imperadores e kurakas (líderes regionais) diferia das dos outros indivíduos (THOMAS, pp.231-232, 1989). Nenhum exemplar de múmia real remanesceu. Restaram apenas relatos de cronistas Incas e de Espanhóis que se depararam com elas. Dentre os motivos pensa-se na destruição por parte dos locais e a falta de cuidados por parte dos espanhóis, que não as restauraram, provocando a deterioração delas nos séculos XVI e XVII (HEANEY, pp.21, 2018) (WEBB, pp.176-177, 2015).

A múmia do imperador era conhecida como Yllapa, sendo ela um objeto de veneração

que trazia luz aos indivíduos, pois era dito que ela continha o último sopro de vida do dignitário. É provável que a metodologia empregada no preparo da mesma foi apropriada de grupos andinos por volta de 1300 D.C. Os procedimentos técnicos encontrados nos relatos afirmavam ocorrer a evisceração onde o coração era retirado, secado e disposto num ícone de ouro, assim como a retirada do intestino. Substâncias balsâmicas eram aplicadas no exterior e interior, sendo esse corpo levado a um local frio com incidência do sol, para que pudesse dessecar. Essa era a metodologia mais comum nas terras altas centrais (VREELAND, pp.170, 1998). Esse corpo recebia cera e tinturas para modelar, sendo ele todo enfeitado com penas de ouro e pedras preciosas (HEANEY, pp.5-6, 2018) (THOMAS, pp.231-232, 1989).

Durante o período de um mês o corpo do imperador permanecia com suas vestes reais, assim como era disposto num trono (VREELAND, pp.171-172, 1998) (WEBB, pp.177, 2015). Depois de passado o mês a Yllapa era levada numa praça, para que ocorressem comemorações, pois ela ainda teria vida. Em seguida ele era colocado num palácio suntuoso, cheio de joias onde havia o corpo de outros imperadores mumificados (HEANEY, pp.6, 2018). O fato de que o imperador era colocado numa câmara junto de corpos de concubinas, esposas e lhamas que foram sacrificadas, assim como oferendas, nos leva a crer na ideia de um pós-vida (THOMAS, pp.232, 1989). O papel do imperador mumificado era o de manter sua linhagem, pois uma vez que seu corpo fosse preservado, a existência de seu grupo estava assegurada (HEANEY, pp.6, 2018). Nenhum familiar ou indivíduo podia visitar a múmia do imperador, apenas os profissionais encarregados, que cuidavam de manter as provisões e oferendas ao corpo defunto (VREELAND, pp.172-173, 1998).

Fora do planalto central, nas terras baixas e costa, as técnicas de mumificação variavam. No entanto, a evisceração aparenta ter sido uma constante nas diferentes metodologias desenvolvidas. O corpo era enrolado em tecidos, após isso recebia uma camada de algodão, seguido de mais uma camada de tecido e uma série de sementes de algodão, sendo muitas vezes aplicada uma corda ao redor (VREELAND, pp.170, 1998). No topo desse conjunto trabalhado, era colocada uma cabeça falsa que tinha sido ornamentada. Alguns dos corpos no interior desses mantos estavam muito bem preservados, enquanto outros encontravam-se bem deteriorados (WEBB, pp.178, 2015).

Como colocado, haviam variantes locais. Em Pachacámac o corpo era tratado no método acima, recebia uma série de oferendas para o pós-vida e as cabeças falsas eram de diferentes materiais. Dentro desse grupo havia cabeças de madeira talhadas com conchas nos olhos, de cerâmica com detalhes coloridos e de pano pintado recheado com raízes e folhas (FLEMMING, pp.40-43, 1986). Na província de Carangas o processo era similar, havendo uma incisão abdominal para retirar as vísceras, sendo esse corpo dessecado pelo frio e sol e resguardado com oferendas (VREELAND, pp.170-171, 1998). No grupo Chacapoya a metodologia era similar. No entanto, as vísceras eram retiradas por um alargamento anal que depois era selado com panos. A pele nesse grupo era tratada

com plantas andinas e esse corpo também recebia oferendas (WEBB, pp.178, 2015).

O Kuraka recebia um procedimento similar àqueles citados que não eram o do imperador. No entanto, por ter uma posição social de liderança, os itens que lhe eram dispostos para o pós-vida eram únicos. Esses líderes regionais eram dispostos numa sala própria, de maneira que todas as suas posses lhe acompanhavam, assim como oferendas. Além disso, servos e mulheres sacrificados lhes serviriam no pós-vida, sendo esses cadáveres dispostos ao seu lado (VREELAND, pp.171, 1998).

31 CAÇADORES DE CABEÇAS: OS JÍVARO-SHUAR E A PRESERVAÇÃO CRANIANA

Dentro do espaço sul-americano surgiu, entre diferentes culturas, um fenômeno cultural chamado de “caçada de cabeças”. Sua presença, em diferentes partes do mundo, conota uma questão primitiva de muitos grupos. No entanto, uma etnia manteve essa metodologia até o século XX, os Jívaro-Shuar (ARRIAZA et al, pp.211, 1998). Esse grupo vivia na bacia do rio Amazonas, numa região montanhosa que fica ao sul do Equador e ao norte do Peru (JANDIAL et al, pp.1215, 2004) (SAUVAGEAU et al, pp.72, 2009). Essa técnica de embalsamamento vem desde períodos pré-coloniais, sendo que o diferencial dos Jívaro-Shuar, entre outras etnias de caçadores de cabeça, reside no fato de que estes encolhem o crânio para o tamanho de um punho adulto (ARRIAZA et al, pp.212, 1998).

A cabeça preparada se chama Tsantsa. Ela funcionava como uma espécie de troféu e havia muitos motivos para sua busca (THOMAS, pp.233, 1989). O motivo para a promoção desse tipo de caçada se pautava na questão ideológico-religiosa, pois a morte natural de um indivíduo do grupo era considerada fruto de pragas feitas por outro grupo (JANDIAL et al, pp.1217, 2004). O processo era organizado pelo Kuraka do povoado ao lado do xamã, sendo uma batalha que poderia ter de cinco a cinquenta guerreiros, seu objetivo era obter o máximo de cabeças possíveis (SAUVAGEAU et al, pp.72, 2009).

Todo o processo ritual em torno da caçada importava muito. O mesmo se iniciava com uma preparação na noite anterior ao começo da viagem. Os guerreiros bebiam cerveja de mandioca, se entorpeciam com um alucinógeno, *Natéma*, e o xamã bebia o *Maikua*, que permitia o contato com os antepassados. O grupo viajava, cercava o outro povoado, invadia o mesmo e focava em ataques de tacape com dardos venenosos. Quando necessário, lutavam com lanças de madeira. Com os inimigos mortos, as cabeças eram retiradas pelo pescoço num corte em V, sendo esse feito com uma faca de metal ou de madeira que eram depois deixadas no mesmo local (JANDIAL et al, pp.1217, 2004).

O objetivo não era conquistar o território inimigo, mas sim garantir o máximo de cabeças possíveis. Depois do ataque, os invasores recuavam. O recuo se dava por medo dos espíritos raivosos na região, por isso as facas também eram deixadas para trás. Os Jívaro-Shuar retornavam à sua aldeia e davam início à confecção do troféu. A cabeça era

toda escalpelada, sendo retiradas as entranhas e ossos, no entanto as cartilagens eram mantidas assim como o que restava do cabelo (JANDIAL et al, pp.1217-1218, 2004). Essa etapa era rápida levando de quinze à vinte minutos. No entanto, o processo completo geralmente levava oito dias (SAUVAGEAU et al, pp.72, 2009) (THOMAS, pp.233, 1989). Como a viagem de volta com as cabeças costumava demorar, em muitos casos as mesmas estavam em estado de putrefação ainda durante o transporte (ARRIAZA et al, pp.213, 1998),

As cabeças eram então dispostas num recipiente com água de rio e plantas cozidas, havendo a presença de tanino, coagulantes e antissépticos. Se a cabeça estivesse fresca ela não necessitava de calor, mas caso a putrefação tivesse começado ela era condicionada a um processo de aquecimento (ARRIAZA et al, pp.213, 1998). Esse processo levava de quinze a vinte minutos e, durante o mesmo, havia a recitação de passagens rituais importantes (JANDIAL et al, pp.1218-1219, 2004). O crânio tinha seus orifícios selados com fibras vegetais e gravetos, enquanto que o topo era selado pelos cabelos abundantes (ARRIAZA et al, pp.214, 1998). A cabeça era colocada numa estaca e assim os Jívaro-Shuar reiniciavam a marcha de volta ao seu povoado (JOHNSON et al, pp.1000, 2012).

O processo de encolhimento dependia da introdução de pedras e areia quentes que tinham sido previamente aquecidas num prato. A cabeça recebia primeiro a areia, sendo chacoalhada para se espalhar e depois recebia pedras, processo que conforme a redução desse saco de pele, ia necessitando da introdução de pedras cada vez menores (THOMAS, pp.233, 1989). A preservação do crânio significava manter o inimigo preso e reduzido ali, sendo as pedras quentes úteis para acalmá-lo (JANDIAL et al., pp.1219, 2004). Óleos vegetais e gorduras eram utilizados para modelar a face, portanto seu escurecimento vem desses fatores e da fumaça das pedras e areias aquecidas (ARRIAZA et al, pp.214, 1998). Esse saco de pele era recheado com carvão e por fim estava pronta a Tsantsa (THOMAS, pp.233-234 1989).

O processo em si tinha mais de uma motivação. A primeira delas era o de poder libertar os antepassados de seu grupo, pois se alguém morrera por um sortilégio, o rito final da *Tsarutama* poderia libertar este antepassado (JANDIAL et al, pp.1220, 2004). O crânio também funcionava como um troféu e um amuleto, pois detinha os atributos do indivíduo decapitado, uma vez que o guerreiro inimigo tinha seu espírito ali encerrado, podendo este ser evocado. Esse processo pode parecer muito violento. No entanto, tais valores eram construídos entre esses grupos dentro de um modelo ideológico pautado em crença construído desde a infância. Cabe ressaltar que a vida seria então mantida no pós-morte, só que encerrada dentro desse crânio e utilizada pelo seu possuidor (ARRIAZA et al, pp.210-214, 1998).

Uma curiosidade é notar que devido à longa duração desse grupo, as cabeças-troféus vieram sendo produzidas até o século XX. No século XIX o interesse por esses crânios se ampliou, o que gerou uma série de cabeças falsas, preparadas a partir de animais

ou por meio da obtenção de cabeças de defuntos em hospitais da região. As cabeças falsas passaram a ser vendidas como acessórios, sendo apenas possível diferenciar elas das verdadeiras por meio de uma análise forense com recursos bioquímicos (SAUVAGEAU et al, pp.72-74, 2009).

4 | OS NATIVOS ESTADUNIDENSES: TANATOPRAXIA E RITOS FÚNEBRES DE CIVILIZAÇÕES NATIVAS DOS EUA

Na América do Norte nota-se que foram encontradas múmias de diferentes grupos populacionais, sendo a ampla maioria delas de tipo natural. As principais regiões onde se encontraram esses corpos foram nos atuais estados do Texas, Utah, Arizona, Colorado e Novo México. Os grupos que mais se destacam são os Anasazi, Sinagua e Hohokam. Os Anasazi são a etnia mais citada, tendo eles existido entre 100 e 700 D.C. A técnica desenvolvida por este grupo consistia em envolver o corpo em panos e inumá-lo. O processo de dessecação, nesse período, não era totalmente intencional, ocorria pela aridez do solo. Esse grupo assim como a ampla maioria dos grupos não tinha a mumificação como um objetivo final. No entanto, os Anasazi mantinham oferendas aos mortos, levando à ideia de pós-vida. Os descendentes desse grupo, entre os anos de 700 e 1300 D.C., passaram a realizar tal processo de maneira intencional empregando um processo natural antrópico (EL-NAJJAR et al, pp.122-123, 1998).

A fonte “A Further Contribution to the Study of the Mortuary Customs of the North American Indians” de 1881 feita pelo autor H.C. Yarrow traz alguns traços sobre o embalsamamento entre grupos Indígenas que habitavam a Virgínia, Flórida e as Carolinas. O autor comenta a respeito de uma série de relatos do século XVIII, sendo os grupos da Virgínia o enfoque de sua obra. Aparentemente, o embalsamamento se centrava aos grupos elevados e ao líder. O processo relatado se dava por meio da retirada da pele, evitando retaliações, assim como das carnes, a fim de que os ossos ficassem limpos. Os ossos eram secos ao sol, passando por um processo de reintrodução na pele, que fora privada de dessecação e diminuição. Essa reintrodução era feita evitando retaliações, sendo o corpo preenchido com areia branca fina para evitar o vazio da retirada das carnes (JOHNSON et al, pp.1002, 2012) (YARROW, pp.81-82, 2010).

O corpo, depois de pronto, recebia uma camada de óleos vegetais e graxas, sendo isso usado para garantir que a pele não secasse, assim como evitava a putrefação (YARROW, pp.82, 2010). A múmia era então enrolada em um tipo de fibra e depois colocada no alto de alguma árvore, na sequência era inumada ou disposta numa caverna (JOHNSON et al, pp.1002, 2012). Antes de ser enterrado havia um processo de veneração do cadáver. Esse corpo era disposto num altar elevado, aos seus pés eram dispostas suas carnes dessecadas dentro de uma bacia, sendo ele venerado e aclamado. Os líderes espirituais providenciavam suas necessidades, como as oferendas, o que conota a questão do pós-vida. Os costumes mudavam regionalmente, havendo casos onde os ossos eram

guardados em caixas de madeira. Em outros locais, pirâmides de terra eram erigidas para se depositar esses corpos embalsamados. Em todos os casos as joias e utensílios eram inumadas com o defunto (YARROW, pp.82-84, 2010).

5 I CORPOS GELADOS: EMBALSAMAMENTO DA CIVILIZAÇÃO ALEUTA

Na região do Ártico, diversos corpos mumificados foram achados, sendo a maioria deles resultado da mumificação natural sem intenção do homem. Esse processo ocorre devido às condições naturais propícias. A maioria das múmias são do Alasca continental, sendo a mais velha delas de 400 D.C. Porém, elas todas vieram de processos naturais não planejados. No entanto, no arquipélago de Kodiak, especificamente nas ilhas Aleutas, houve o desenvolvimento de um processo de embalsamamento (ZIMMERMAN, pp.84, 1996; ZIMMERMAN, pp.138, 1998). Sendo o modelo artificial o centro de nossas intenções, o enfoque é pensar na metodologia dos grupos Aleutas.

Esse grupo populacional tinha similaridades com os esquimós do Alasca. Seu modelo de vida era dependente de caça e coleta, sendo os produtos do mar os principais recursos. Eles não viviam em iglus como parte da população esquimó, sendo suas casas chamadas de Barabara. Estas eram construções de madeira e grama geralmente erigidas no subsolo. Com relação à cultura do embalsamamento, os registros mais antigos desta prática, entre os moradores das ilhas Aleuta, datam por volta de 1000 D.C. (JOHNSON et al, pp.1003, 2012).

Os Aleutas se propuseram a realizar o embalsamamento porque acreditavam que remanescentes espirituais ainda habitavam o cadáver, portanto ele necessitava de algum cuidado. Esses indivíduos desenvolveram um amplo interesse anatômico elaborando, inclusive, um longo vocabulário sobre as partes. O processo de aprendizado se deu pela exploração de corpos de indivíduos do grupo, havendo um processo de anatomia comparada com a abertura de corpos de animais marinhos. A questão fúnebre era algo muito importante à tal cultura. A maioria dos corpos achados datam do século XVIII, sendo que o objetivo era limitar a putrefação (ZIMMERMANN, pp.87, 1996; ZIMMERMAN, pp.147, 1998).

Havia variação técnica na maneira de embalsamar, esta pautada na posição hierárquica do indivíduo. A técnica superior era realizada aos caçadores e líderes da sociedade, havendo no caso desses indivíduos a evisceração via pélvis ou pela região abdominal. Parte da gordura era retirada e não havia aplicação química. No entanto, grama seca era utilizada para preenchimento das cavidades (ZIMMERMAN et al, pp.97, 1971; ZIMMERMAN, pp.87, 1996; ZIMMERMAN, pp.147, 1998). Esse corpo era amarrado e colocado numa correnteza de alta velocidade, de maneira que assim restariam apenas a pele e os músculos (JOHNSON et al, pp.1003, 2012). O corpo era flexionado em posição fetal, isso por alguns motivos como a questão de economizar espaço, garantir conforto ao morto e manter posição de dormência para que ele não incomodasse mais os vivos

(ZIMMERMAN, pp.147, 1998).

Com as cordas já cortadas, a múmia era deixada para secar ao ar livre. O fogo era utilizado quando necessário para acelerar o processo, isso para que o máximo de umidade pudesse ser eliminada. Esse corpo era vestido com uma roupa de pele de aves marinhas e, depois, enrolado num manto feito de tripas, por ser à prova d'água. Finalmente, uma última camada de peles de focas e leões marinhos era colocada. O corpo era disposto numa caverna fúnebre, podendo estar suspenso no teto ou elevado numa plataforma específica para isso. Essas cavernas de tipo vulcânico geram um vento seco e quente, condição propícia à preservação (ZIMMERMAN, pp.87-89, 1996; ZIMMERMAN, pp.147, 1998).

A metodologia inferior não se diferenciava muito da superior. Nesse método ocorriam os mesmos processos do tipo superior, com exceção da evisceração e do preenchimento das cavidades com folhas secas. Essa prática perdurou até o século XVIII, pois a partir daí a vida desses grupos mudou com a exploração Russa na região (ZIMMERMAN et al, pp.97, 1971; ZIMMERMAN, pp.147, 1998).

6 | MÚMIAS DEFUMADAS: PRESERVAÇÃO CADAVERICA E RITOS FÚNEBRES ENTRE CIVILIZAÇÕES DA OCEANIA

Na região da Oceania nota-se que diferentes métodos de embalsamamento foram desenvolvidos. No entanto, eles possuem traços similares entre si. As principais metodologias abordadas estão na Austrália, em Papua Nova Guiné e na Nova Caledônia (VALENTIN e SAND, pp.165, 2019). As metodologias em si variam de dessecamento por exposição ao sol ou de dessecamento por via de defumação. Elas podem ser simples ou compostas, havendo, no primeiro caso, apenas dessecação e, no segundo, algum processo aliado a esse como evisceração (PRETTY e CALDER, pp.289-290, 1998).

O procedimento de embalsamamento desses grupos também tinha motivações espirituais. Para esses indivíduos o espírito poderia ser mantido no grupo ou ao menos no corpo, sendo necessário que esse corpo pudesse ter durabilidade. Alguns grupos consideravam a possibilidade de reassociação, ou seja, a alma ainda habitaria o grupo. Para outros ocorria a continuidade pós-vida mas não no interior do grupo (LOHMANN, pp.191, 2005). Tal cosmogonia era restrita à líderes e guerreiros. Encontramos, contudo, outras motivações além da espiritual, como o luto, a ideia de enaltecer o líder ou até mesmo gerar relíquias com partes do corpo (PRETTY e CALDER, pp.293-295, 1998).

A respeito das metodologias de embalsamamento registradas na Oceania, chama a atenção a do território australiano. A primeira etapa era de dispor o corpo suspenso numa árvore, podendo ser livre ou numa plataforma, para que ocorresse a dessecação pelo sol. Alguns grupos do território australiano utilizam o mesmo processo mas realizam defumação, sendo todos os orifícios selados nessa dinâmica. Em certos momentos, ocorria a evisceração, o que refinava o processo. Esses grupos também descamavam a pele,

utilizavam uma argila vermelho ocre ao redor da fâscia assim como um lubrificante. Deste modo, o corpo estava pronto, sendo que alguns membros do corpo eram utilizados em rituais (PRETTY e CALDER, pp.296-297, 1998).

No caso de Papua Nova Guiné o que fica aparente é que as ilhas menores tinham metodologias diferentes da ilha principal. O corpo era deixado secando durante algum tempo longe do grupo, sendo depois eviscerado por meio de uma incisão entre as costas e a costela. As vísceras eram jogadas ao mar, sendo introduzido no corpo medula de palmeira, além disso o cérebro era eviscerado, sendo o corpo colocado na praia para secar mais uma vez. O corpo sofria agulhadas, provavelmente de bambu, para extravasar os líquidos e o segundo processo de secagem levava meses. Com o corpo pronto se nota uma dinâmica de utilizar a argila vermelho ocre e conchas no lugar dos olhos. O corpo estaria pronto, no entanto, com o tempo, ele entrava em decomposição restando apenas a cabeça que era o mais importante (PRETTY e CALDER, pp.297-298, 1998).

No caso da ilha de Nova Guiné o método difere pelo fato de que utilizam fumaça no processo de embalsamamento (PRETTY e CALDER, pp.298, 1998). A defumação era empregada principalmente pelo grupo Anga. Os Anga eram compostos por muitos vilarejos que não eram, necessariamente, aliados. Contudo, comungavam diversas tradições como a cabana de defumação para processos de mumificação (BECKETT, pp.389-390, 2015). É bem provável que essa metodologia tenha surgido a partir do uso de fumaça para preservação da caça (PRETTY e CALDER, pp.298, 1998). O procedimento começava entre 3 e 6 dias depois da morte, portanto o corpo já apresentava sinais de decomposição. Essa cabana era feita de madeira com teto de folhas da selva, sendo assim em seu interior se dava a defumação. O corpo era colocado numa cadeira elevada, recebendo continuamente fumaça de uma planta chamada Tomunga, processo que durava uma semana (BECKETT, pp.390, 2015; BECKETT B, pp.16, 2021).

A defumação em si já permitia que parte do líquido fosse extraído. No entanto, em continuidade ao processo, o corpo recebia uma massagem de uma planta com propriedades esfoliantes chamada Kukia. Essa planta permitia a retirada da camada mais externa da pele. Sendo assim, ela, ao lado de agulhadas de bambu, permitiam a extração de líquidos. Esse revezamento durava um período de 30 à 60 dias. Esse corpo era disposto numa nova cadeira fúnebre recebendo uma ampla camada de argila vermelho-ocre, essa agindo como um dessecante e protetor ao ambiente. Um cano de bambu é colocado através do reto para que se retire o que restou de umidade. Esse corpo era disposto ao lado de outros corpos de lideranças da vila, isso sendo num precipício que evita o contato com umidade (BECKETT, pp.390, 2015; BECKETT B, pp.16-17, 2021).

Esse grupo conseguiu promover, em um ambiente muito úmido, um embalsamamento de longa duração. De fato, a engenhosidade do processo está na cabana de defumação. A cabana cria um microclima que possui temperaturas mais elevadas e um clima mais seco. Além disso, o PH se mantém em 5,2 e a fumaça possui formaldeído. Todos esses

fatores contribuem para que bactérias e fungos não tenham capacidade de atuar. Tal técnica resulta em múmias com considerável longevidade. No entanto, como ficam em locais expostos, sua durabilidade é menor do que o esperado (BECKETT, pp.391, 2015; BECKETT B, pp.21, 2021).

Uma última metodologia de mumificação registrada na Oceania é a do grupo Faténaoué, que vive no território da Nova Caledônia. O processo se daria por defumação e ocorria dentro de uma casa, sendo o corpo previamente perfurado para se introduzirem extratos de plantas. Esse procedimento era exclusivo para líderes e guerreiros. Havia, portanto, o embelezamento da face, além de que a pele era retirada. O corpo era disposto em posição fetal, sendo colocado dentro de um cesto e disposto num vale em locais secretos. Não era permitido cultuar essas múmias, ou seja, elas não eram visitadas. No entanto, elas continuavam influenciando os membros do vilarejo. É difícil dizer quando esses procedimentos começaram. No entanto, os membros do grupo afirmam sempre terem feito tais procedimentos, que, inclusive, perduram até hoje (VALENTIN e SAND, pp.172, 2019).

7 I OS MODELOS ASIÁTICOS: AS VARIEDADES DE EMBALSAMAMENTO DO EXTREMO ORIENTE

A Ásia possui uma vastidão territorial, além de um número considerável de civilizações. Com tal diversidade uma série de procedimentos de embalsamamento foram produzidos. Pensando num grande número de civilizações, nos atentamos aqui aos modelos produzidos na China, Japão e Filipinas. O caso Chinês é o mais complexo, pois existem múmias de diferentes períodos, tendo elas surgido por via natural, artificial intencional e artificial não intencional. Isso acontece devido a longevidade dessa civilização que desde o século II A.C. se encontra unificada como um poderoso império. Outro ponto que tornou isso possível na China foi a medicina dessa civilização. O bom desenvolvimento desse aspecto influenciava em como eles lidavam com seus defuntos (MONTGOMERY e KUMAR, pp.169-191, 2016).

É interessante notar que os chineses pensavam na importância da alma e entendiam que era primordial que o corpo tivesse certa preservação. Apesar de tal relevância, a preservação não era essencial para a transição, mas sim a boa disposição fúnebre do cadáver. Mesmo que nesse caso possamos pensar na ideia de uma mumificação artificial não intencional, foram encontradas evidências em outros locais que revelam a possibilidade do embalsamamento (WANG, pp.59, 1996). Alguns cadáveres estudados das dinastias Song (960-1270) e Ming (1368-1644) revelaram que, no interior de seus caixões, havia sinais de mercúrio e cal (SHIN et al, pp.15, 2021).

O provável método de embalsamamento era destinado apenas à nobres. Este poderia consistir num processo onde ocorria um dessecamento prévio da múmia, sendo

essa disposta numa solução de mercúrio ou cal por longo tempo e depois inumada (WANG, pp.59, 1996). Outra questão que pode ter gerado a mumificação, no caso dessas dinastias, pode ter sido o método *Hoegwakmyo* que também era utilizado pela dinastia Joseon (1392-1910) da Coreia do sul. Nesse modelo, o corpo era colocado em dois caixões, um dentro do outro, sendo o ar retirado de ambos. Ao redor desses caixões era colocado muito carvão e uma ampla camada de cal, sendo esse caixão inumado e selado com uma pedra cimentada ao todo (OH et al, pp.71-73, 2017). Esse modelo não permitia contatos com o ambiente externo (SHIN et al, pp.5, 2021).

Assim como na China, a maioria das múmias encontradas no Japão são de tipo natural (YAMADAL et al, pp.76, 1996). Apesar dessa condição, nota-se que cadáveres do clã Fujiwara (794-1185) demonstram sinais de possíveis tratamentos no pós-morte (FUJITA et al, pp.7-9, 2021). Esse clã aparenta ser o único a ter produzido múmias artificiais no Japão, sendo algo não muito comum no país, além do processo de auto-mumificação budista (SAKURAI et al, pp.313, 1998). A metodologia de mumificação desenvolvida pelos Fujiwara não é conhecida. No entanto, pelos sinais reportados, é possível que ocorresse a evisceração. O corpo era dessecado e disposto numa solução preservativa de mercúrio (FUJITA et al, pp.9, 2021) (YAMADAL et al, pp.76, 1996).

Outro modelo encontrado em diversos países asiáticos é o de auto-mumificação de monges budistas. Nosso enfoque se situa em notar o modelo Japonês *Nikushin*. Apesar de semelhanças com o método Chinês, os mesmos possuem diferenças (SAKURAI et al, pp.308, 1998). O motivo desse processo era o de encontrar o nirvana por meio de imolação, além de que eles pretendiam renascer dali 5,670,000,000 anos, momento que surgiria o buda do futuro, o Maitreya Buddha (HORI, pp.225, 1962). Esse procedimento tem sido comum na ilha asiática desde o começo do século XI (BECKETT e CONLOGUE, pp.47, 2015).

Esse tipo de múmia é chamada de *Sokushinbutsu*, sendo ela possível de produzir apenas por meio de um intenso rigorismo e ascetismo (FUJITA et al., pp.3, 2021) (HORI, pp.226, 1962). Essa mumificação começava em vida, havendo um intenso processo dietético. Essa dieta restringia cereais e uma série de alimentos mantendo-se apenas sementes, castanhas, pouca água e um chá de uma árvore chamada Urushi (BECKETT e CONLOGUE, pp.48-49, 2015). Tal cenário durava anos, sendo assim o baixo consumo de alimentos tornava os níveis de gordura, massa muscular e hidratação no mínimo (FUJITA et al, pp.4, 2021). Acredita-se que o chá propicie a criação de condições bactericidas internas no corpo (BECKETT e CONLOGUE, pp.49, 2015).

O indivíduo em algum momento morria, a partir daí os outros monges entravam em ação dispondo o corpo em uma urna funerária que seria inumada por três anos (SAKURAI et al, pp.314, 1998). Nessa urna era colocado papel, madeira ou cal para absorver a umidade (BECKETT e CONLOGUE, pp.49, 2015). Muitas vezes esses corpos não estavam num estado de conservação ideal, sendo assim surgiam alguns auxílios por parte dos monges.

Um dos processos poderia ser um dessecamento com fogo ou por meio da defumação (SAKURAI et al, pp.323, 1998). Em casos mais raros se nota a realização da evisceração e introdução de cal no corpo (FUJITA et al, pp.4, 2021). Se o corpo estivesse pronto ele era disposto na posição de lótus, sendo enfeitado e pintado com ouro (BECKETT e CONLOGUE, pp.49, 2015).

O último caso de mumificação na Ásia a ser comentado é o das múmias de fogo produzidas nas Filipinas. O grupo que produz essas múmias, chamadas de *Igorot*, são os Ibaloy que vivem na região de Benguet. As estimativas do começo da produção desse modelo datam entre 2000 A.C. e 1200 D.C. No entanto, a maioria dos exemplares datam entre 1700 D.C. e 1900 D.C. Apesar das Filipinas fazerem parte da Ásia, os processos internos e externos têm mais relações e influências com a região da Oceania. Isso reflete na própria forma de embalsamamento dos Ibaloy, que tem muitas semelhanças com o realizado pelos Anga de Papua Nova Guiné (BECKETT et al, pp.127, 2015; BECKETT et al, pp.30, 2017; BECKETT A, pp.4, 2021).

A intenção desses indivíduos era mumificar seus entes queridos e colocá-los na montanha sagrada Kabunyan. Essa montanha seria o deus que criou os Ibaloy. Portanto, atrelados a tal mito cosmogônico, os mortos deveriam retornar ao seu local de criação. A alma ainda remanescente no corpo poderia estar com deus quando esses fossem dispostos na caverna, sendo algo feito para os dois sexos e para todas as idades (BECKETT et al, pp.127, 2015; BECKETT et al, pp.35, 2017; BECKETT A, pp.11, 2021)

Como a região era muito úmida e quente, esse processo não tinha como ser natural, dependendo então da ação humana. A mumificação começava no último sopro de vida do indivíduo, quando uma solução de água e sal era mecanicamente deglutida pelo recém falecido. O corpo recebia, em seguida, uma ampla lavagem com água fria. Posteriormente, o mesmo era enrolado num lenço fúnebre, com a cabeça recebendo um cachecol do mesmo tecido. Após esta preparação prévia, o corpo era disposto em uma cadeira fúnebre, amarrado com cipós e colocado na casa de defumação. Embaixo da cadeira uma chama era acendida para que ocorresse a desidratação. Os líquidos iam extravasando do corpo devido ao calor, além de que, um processo manual e a gravidade auxiliavam os fluídos corporais a caírem num jarro e serem absorvidos pelo lenço fúnebre (BECKETT et al, pp.128, 2015; BECKETT et al, pp.28-29, 2017; BECKETT A, pp.17, 2021).

O corpo era exposto ao sol, tinha sua pele descamada e depois retornava à cadeira. Uma loção composta do extrato de plantas como *Psidium guajava*, *Ficus séptica*, *Phaseolus lunatus*, *Dolichos lablab*, *Embelia philippinensis* era ministrada em toda a pele. A múmia, depois, ficava entre 40 e 60 dias na cabana defumando. Além da defumação corporal, fumaça de tabaco seria introduzida na boca da mesma. A fumaça e a solução salina provavelmente não tinham os respectivos efeitos de proteção e desidratação interna esperados. A composição fenólica da fumaça e o fator de ter formaldeído por ser de madeira adiavam a putrefação. Já o calor intenso do fogo eliminava os líquidos, promovendo a

desidratação. Por fim, as loções provavelmente geravam uma camada externa alcalina ou ácida, que não era propícia para a proliferação de bactérias (BECKETT et al, pp.29-30, 2017; BECKETT A, pp.17-19, 2021).

Esses corpos eram colocados em caixões de formatos ovais, retangulares ou de tamanho amplo onde toda uma família poderia ser disposta. Havia muitas comemorações antes de serem depositados nas cavernas, ocorrendo danças, oferendas e sacrifícios. Apesar do clima quente e úmido da ilha, as cavernas são frias e secas. Além disso, os cadáveres estão em caixões, portanto, eles podem durar centenas de anos (BECKETT et al, pp.129, 2015; BECKETT A, pp.18, 2021).

8 I REFLEXÕES E COMPARAÇÕES ENTRE AS METODOLOGIAS DE EMBALSAMAMENTO

No início deste material foi dito que o primeiro período de embalsamamento foi até 650 D.C., momento esse em que o segundo período surgiu (BRENNER, pp.316, 2014). De fato, a partir de 650 D.C, o ato de embalsamar incorpora novas finalidades (JOHNSON et al, pp.983, 2012). Posto isso, as intenções que estimavam a garantia do pós-vida não desapareceram a partir de 650 D.C. e muitas ainda estariam por vir, como ficou evidente no decorrer deste capítulo. A divisão dos períodos designa que intenções dentro de novos paradigmas surgiram e não que as outras desapareceram. Portanto, enquanto na Europa se tem, a partir de 650 D.C., a intenção voltada à proteção da imagem do defunto, nos outros locais a ideia ainda era proteger a alma ou essência do morto (BRENNER, pp.316, 2014). Essa prática com intenções religiosas ainda era vista no terceiro período, a Era da indústria fúnebre, que começou em 1861 D.C. (JOHNSON et al, pp.983, 2012).

Isso significa dizer que, mesmo depois de 650 D.C., culturas poderiam surgir e produzir múmias com as intenções do primeiro período, como foi o caso dos vários grupos citados (HEANEY, pp.5, 2018). Os períodos então são atravessados, de maneira que, num mesmo ano, dois locais distintos podem ter paradigmas de diferentes períodos do embalsamamento (JOHNSON et al, pp.983, 2012). Outra questão interessante é notar como o modelo do Período das culturas antigas possui longa duração. Por um lado, temos múmias como a dos Chinchorro, cultura que não foi trabalhada nesse material, sendo produzidas desde 7000 A.C. (ARRIAZA, pp.131, 1996). Por outro, se nota que, até o começo dos anos 1900, os Ibaloy ainda realizavam o embalsamamento com a intenção de alcançar o pós-vida (BECKETT, pp.4, 2021).

A diferença entre ambos os modelos (Chinchorro e Ibaloy) é de, aproximadamente 9000 anos, questão essa que revela dois fatos interessantes. O primeiro deles é a ideia de que a intenção de embalsamar atravessa boa parte das temporalidades humanas (COLMAN, pp. 48, 1997). O segundo fato é que o paradigma do primeiro período, que estima a continuidade da essência num pós-vida, tem longuíssima duração, sendo maior

que o dos outros dois períodos (BRENNER, pp.316, 2014).

Os métodos desenvolvidos revelam uma série de questões que podem ser discutidas e comparadas. Os grupos humanos temem a morte e se aterrorizam com a desfiguração que ela gera (MOORE e WILLIAMSON, pp.3, 2003). Tal condição biológica ao lado das crenças dos grupos suscitam na busca da continuidade ao indivíduo, isso por meio da preservação orgânica de suas partes (COLMAN, pp.45, 1997). Mesmo com tal desconforto gerado pela morte, nem todos nestas sociedades estavam dentro do seleto grupo dos indivíduos embalsamados (THOMAS, pp.236, 1989).

Em alguns grupos apenas líderes, guerreiros e membros da corte poderiam ser embalsamados, enquanto em outros era algo mais coletivo. No primeiro caso se incluem os Incas, Nativos Estadunidenses, grupos da Oceania, Chineses, Japoneses e múmias de budistas. No segundo caso se incluem os Jívaros e os Aleutas.

A posição do indivíduo era central nos grupos onde o acesso era limitado a poucos membros do grupo. Nota-se uma questão hierárquica, onde esse processo era voltado para a elite. A questão de gênero está envolvida nesse debate pois em boa parte dos casos apenas homens ocupavam tal posição, havendo somente o embalsamamento destes. No caso das múmias produzidas intencionalmente dos grupos da Oceania e dos nativos estadunidenses estas eram, em sua maioria, de homens (PRETTY e CALDER, pp.293-295, 1998) (YARROW, pp.81, 2010). No caso dos Anga da Oceania isso se dava pelo fato de que os guerreiros e líderes eram majoritariamente homens. Com os nativos estadunidenses a situação era semelhante, pois os líderes também eram homens.

Em relação aos Chineses, japoneses e Incas os indivíduos que ocupavam o poder também eram homens. Sendo assim o embalsamamento era uma prática destinada a eles. A diferença é que nesses casos membros da corte também podiam passar por processos de preservação cadavérica. Essa proposição determina que esposas e mulheres com funções na corte, puderam ser embalsamadas.

Nas sociedades que possuíam premissas mais coletivas em relação ao embalsamar, isso acontecia devido a dois fatores. Primeiramente, nota-se que esses grupos possuíam baixo grau de hierarquia social, como fica aparente com os Aleutas (ZIMMERMAN et al, pp.97, 1971). Em relação aos Jívaro o embalsamamento estava mais ligado a um sistema de crenças. Pois, as cabeças obtidas tinham uma função ritual de livramento de maldições. Sendo um procedimento feito em relação a indivíduos do grupo rival, o que importava era conseguir a cabeça, independente de quem era esse indivíduo (JANDIAL et al, pp.1217, 2004).

As intenções nos casos apresentados de embalsamamento estiveram atreladas à uma busca pela continuidade da essência dos indivíduos (BRENNER, pp.316, 2014). A continuidade poderia ser um paraíso terreno ou em outro plano, sendo processos utilitários ao grupo. Isso se dava de acordo com as construções teológicas e ideológicas dessas sociedades. Tais traços dependiam do espaço geográfico em que o grupo vivia, assim

como a própria organização social dessa civilização (MOORE e WILLIAMSON, pp.3 - 4, 2003).

Interessa aqui estipular cada grupo dentro de um determinado modelo. Os grupos que acreditam num paraíso em outro plano são os Incas, os chineses, os japoneses e as múmias budistas. Os grupos que tinham a ideia de um paraíso terreno eram os nativos estadunidenses, os Aleutas, as etnias da Oceania e os Ibaloy nas Filipinas. Vale situar que para os Aleutas, os Anga, os Ibaloy e os Incas, suas múmias continuavam influenciando a sociedade. Isso significa dizer que elas poderiam estar no plano dos vivos ou não, podendo influenciar no cotidiano. No caso dos Jívaro a questão era momentânea e meramente utilitária (SAUVAGEAU et al, pp.72, 2009).

A última questão a ser colocada remete às diferentes maneiras que foram propostas para embalsamar. Os primeiros grupos humanos, por longo tempo, fugiram da morte, geralmente abandonando seus cadáveres pelo terror que ela causava (MOORE e WILLIAMSON, pp.4, 2003). Isso mudou apenas com os Chinchorro que produziram as primeiras múmias naturais, mas com intenção, de que se tem registro (ARRIAZA, pp.134, 1996). É por meio da observação do ambiente natural, e de outras técnicas, que as civilizações puderam pensar em realizar dinâmicas de embalsamamento (COLMAN, pp. 48, 1997).

As inspirações de cada grupo se deram de acordo com as condições ambientais que lhes cercava. É por meio das primeiras tentativas de conservação de corpos, fosse na observação ou realização de mumificação natural, que esses grupos começaram processos tanatopráticos de preservação (LYNNERUP, pp.162, 2007). Com relação a certas culturas foram os dois fatores, geografia e costumes internos, como a defumação da caça, que propiciaram tal prática. Em outros foi apenas um deles, pois as condições ambientais poderiam não ser propícias para ser natural, ou o grupo não realizava defumação nem salgavam a carne, estando dependentes de um dos dois fatores (COLMAN, pp. 48, 1997).

Determinadas as origens da mumificação, vale situar cada técnica de acordo com os grupos. Em relação à técnica de mumificação natural-artificial nenhum dos grupos aparenta ter tido tal tendência. A técnica de evisceração ao lado de dessecação se deu entre os Incas, Nativos Estadunidenses, Aleutas e no caso específico dos nativos Australianos. O modelo de defumação predominou entre os Grupos da Oceania, os Ibaloy das Filipinas e, quando necessário, na Auto-mumificação Budista. Um modelo específico de grupos asiáticos se deu entre Chineses e Japoneses, que foram as múmias produzidas por dessecação e imersas em solução preservativa de mercúrio. O caso das Tsantsa dos Jívaros é mais único, porém poderia entrar na evisceração ao lado de dessecação.

O esquema acima apenas resume e organiza as metodologias de embalsamamento. É possível notar que os recursos e primor técnico foram diferentes, mesmo que a lógica fosse a mesma. Portanto múmias de diferentes qualidades e resultados foram obtidas (COLMAN, pp. 48, 1997).

Tal comparação não pretende dizer que existem modelos piores ou melhores, mas sim que um é mais sofisticado que o outro. A efetividade de um ou de outro depende, também, das condições naturais em que essas múmias eram preservadas. Independente das colocações, todos os métodos foram capazes de gerar múmias com partes orgânicas ainda presentes. A comparação de efetividade só poderia acontecer se elas fossem produzidas em ambientes similares. Mas uma referência pode ser estabelecida a partir de dados como os procedimentos de mumificação adotados e com quais recursos estes foram utilizados (COLMAN, pp. 48, 1997).

REFERÊNCIAS

ARRIAZA, B. **Preparation of the dead in coastal Andean preceramic populations.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp.131-140.

ARRIAZA, T.B., ARROYO, F.C., KLEISS, E. e VERANO, J.W. **South American Mummies: Cultures and disease.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.190-234

BECKETT, R.G. **Smoked bodies of Papua New Guinea.** In: Mummies around the world – An encyclopedia OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.389-393.

BECKETT, R.G. e CONLOGUE, G. **Buddhist self-mummification.** In: Mummies around the world – An encyclopedia OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.57-50.

BECKETT, R.G., MASCALI, D.P. e CONLOGUE, G. **Fire mummies: The Ibaloy mummies of the Philippines.** In: Mummies around the world – An encyclopedia OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.127-130.

BECKETT, R.G., CONLOGUE, G.J., ABINION, O.V, AMORES, A.S. e MASCALI, D.P. **HUMAN MUMMIFICATION PRACTICES AMONG THE IBALOY OF KABAYAN, NORTH LUZON, THE PHILIPPINES.** Papers on Anthropology, V.26, N.2, pp.24-37, 2017.

BECKETT A, R.G. **Fire Mummies of the Kabayan Region of Benguet Province, Luzon, the Philippines.** In: The Handbook of Mummy studies. 1 ed. Londres: Springer, 2021, pp.1-25.

BECKETT B, R.G. **Smoked Bodies of Papua New Guinea.** In: The Handbook of Mummy studies. 1 ed. Londres: Springer, 2021, pp.1-26.

BRENNER, E. **Human body preservation – Old and new techniques.** Journal of Anatomy, V.224, pp.316-244, 2014.

COLMAN, P. **Corpses, coffins and Crypts, A history of burial.** 1 ed. Nova Iorque: Henry Holt and Company, 1997.

EL-NAJJAR, M.Y., MULINSKI, T.M.J. e REINHARD, K.J. **Mummies and mummification practices in the southern and southwestern United States.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.121-137.

FLEMING, S. **The Mummies of Pachacamac.** Expedition Magazine, V.28, N.3, pp.39-45, 1986

FUJITA, H., KOIKE, J., SUGIMORI, H. e SHIN, D.H. **Mummies in Japan.** In: The Handbook of Mummy studies. 1 ed. Londres: Springer, 2021, pp.1-14.

HEANEY, C. **How to Make an Inca Mummy: Andean Embalming, Peruvian Science, and the Collection of Empire.** Isis, V.109, N.1, pp.1-27, 2018.

HORI, I. **Self-Mummified Buddhas in Japan. An Aspect of the Shugen-Dô (“Mountain Asceticism”) Sect.** History of religions, V.1, N.2, pp.222-242, 1962.

JANDIAL, R., HUGHES, S.A., ARYAN, H.E., MARSHALL, L.F. e LEVY, M.L. **THE SCIENCE OF SHRINKING HUMAN HEADS: TRIBAL WARFARE AND REVENGE AMONG THE SOUTH AMERICAN JIVARO-SHUAR.** Neurosurgery, V.55, N.5, pp.1215-1221, 2004

JOHNSON, E.C., JOHNSON, G.R. e JOHNSON, M. **The origin and history of embalming.** In: Embalming history, Theory and practice. 5 ed. New York: Mcgraw hill, 2012, pp.981-1078.

LOHMANN, R.I. **The Afterlife of Asabano Corpses: Relationships with the Deceased in Papua New Guinea.** Ethnology, V.44, N.2, pp.189-206, 2005.

LYNNERUP, N. **Mummies.** American Journal of Physical anthropology, V.134, N.s45, pp.162-190, 2007.

MOORE, C.C., WILLIAMSON, J.B. **THE UNIVERSAL FEAR OF DEATH AND THE CULTURAL RESPONSE.** In: Handbook of death and dying, VOL.2. 1 ed. Londres: Sage publications, 2003, pp.3-13.

MONTGOMERY, S.L. e KUMAR, A. **A History of Science in World Cultures.** 1 ed. Londres: Routledge, 2016.

OH, C.S., KANG, I.U., HONG, J.H., SLEPCHENKO, S., PARK, J.B. e SHIN, D.H. **TRACING THE HISTORICAL ORIGIN OF JOSEON MUMMIES CONSIDERING THE STRUCTURAL SIMILARITIES BETWEEN THE BURIAL SYSTEMS OF KOREAN AND CHINESE DYNASTIES.** Papers on Anthropology, V.26, N.2, pp.68-81, 2017.

PRETTY, G.L. e CALDER, A., **Mummification in Australia and Melanesia.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp. 289-307

SAKURAI, K., OGATA, T., MORIMOTO, I., LONG-XIANG, P. e ZONG-BI, W. **Mummies from Japan and China.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed., Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.308-335

SAUVAGEAU, A., KREMER, C., BROCHU, V., JULIEN, F., RACETTE, S. **Jivaro Tsantsas or Shrunken Head: An Expertise of Authenticity Evaluation.** The American Journal of Forensic Medicine and Pathology, V.30, N.1, pp.72-74, 2009.

SHIN, D.H., OH, C.S. e HONG, J.H. **Mummies of Song-Ming Dynasty in China.** In: The Handbook of Mummy studies. 1 ed. Londres: Springer, 2021, pp.1-20.

THOMAS, L.V. **El cadaver.** 1 ed., Cidade do México: Colección popular, 1989.

VALENTIN, F. e SAND, C., **Mummification of the human body as a vector of social link: The case of Faténaoué (New Caledonia).** In: Archaeologies of Island Melanesia: Current approaches to landscapes, exchange and practice. 1 ed., Sidney: Australian National University Press, 2019, pp.165-177.

VREELAND, J.M. **Mummies of Peru.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed., Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp.154-189.

WANG, B.H. **Excavation and preliminary studies of the ancient mummies of Xinjiang in China.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp. 59-69.

WEBB, E. **Inca Mummies.** In: Mummies around the world – An encyclopedia OF MUMMIES IN HISTORY, RELIGION, AND POPULAR CULTURE. 1 ed. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2015, pp.176-179.

YAMADAL, T.K., KUDOU, T., IWANAGA, H.T., OZAWA, T., UCHIHI, R. e KATSUMATA, Y. **Collagen in 300 year-old tissue and a short introduction to the mummies in Japan.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp.71-79.

YARROW, H.C. **A Further Contribution to the Study of the Mortuary Customs of the North American Indians.** 1 ed. Project Gutenberg: Washington D.C., 2010.

ZIMMERMAN, M.R., YETMAN, G.W. e SPRINZ, H. **EXAMINATION OF AN ALEUTIAN MUMMY.** Bulletin of the New York Academy of medicine, V.47, N.1, pp.80-103, 1971.

ZIMMERMAN, M.R. **Mummies of the Arctic regions.** In: Human Mummies. 1 ed. Nova Iorque: Springer – Verlag Wien New York, 1996, pp. 83-92.

ZIMMERMAN, M.R. **Alaskan and Aleutian mummies.** In: Mummies, disease and ancient cultures. 2 ed. Cambridge: Cambridge university press, 1998, pp. 138-153.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte 57, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 82, 87, 93, 154

C

Campesinato brasileiro 68, 70, 72, 73, 74, 77, 78, 79

Classe camponesa 68, 76, 77

D

Desenho urbano 1

Discurso político 27, 32, 108

Ditadura civil-militar brasileira 108, 109, 112, 116, 118

E

Educação 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 34, 36, 38, 41, 42, 43, 45, 52, 53, 56, 81, 84, 86, 92, 119, 120, 123, 125, 126, 127, 156

Educandário 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Ensino de História 34, 35, 40, 42, 45, 46, 53, 55, 56, 156

Escravidados 34, 37, 39, 40

Esfera pública 147, 148, 149, 152, 155

H

Hanseníase 11, 12, 21

história 11, 19, 21, 22, 28, 33, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, 60, 68, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 93, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 129

História 11, 12, 21, 22, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 66, 77, 80, 85, 93, 94, 95, 97, 98, 118, 122, 127, 128, 147, 155, 156

HISTÓRIA 34, 45, 52, 111

História africana e afro brasileira 34

História da Filosofia 95

História do Direito 95

História Ibérica 95

História Pública 45, 47, 48, 56

I

Indigenismo 57, 58, 60, 61, 66

M

Memórias sociais 119

Mídias alternativas 147, 148, 150, 151, 152, 153

Mulheres 14, 16, 18, 25, 35, 38, 39, 41, 42, 62, 63, 81, 87, 89, 90, 92, 121, 127, 132, 142, 154

Múmias 128, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

P

Paisagem 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 74

Positivismo 80, 81, 82, 84, 93, 94

Práticas religiosas 128

R

Raízes históricas 68

Relações raciais 34, 35, 39, 42

Republicanismo 80, 81

Rituais fúnebres 128

S

Sensibilidades 48, 156

T

Terecô 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32

Trabalhadores 35, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 110, 149

Trajetória profissional 119, 124

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Pluralidade de Temas e Aportes Teórico-Methodológicos na Pesquisa em História 5

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)